

Relatório é visto como ficção

BRASÍLIA — O relatório da Comissão de Orçamento do Congresso, assinado pelo senador Almir Gabriel e aprovado sexta-feira pelos parlamentares, tem pontos inconstitucionais, dá verbas para duplicação de um trecho da malha ferroviária que já foi duplicado, tira recursos do seguro desemprego para rolar as dívidas de estados e municípios e pode aumentar o déficit previsto no orçamento, segundo avaliação dos especialistas da equipe econômica do governo.

Ninguém do governo admite em público, mas o orçamento aprovado esta semana pelo Congresso já é considerado uma peça de ficção pela equipe econômica. Como os parlamentares não aceitaram a *indexação* do orçamento, isto é, sua correção automática de acordo com o aumento da inflação, as despesas e receitas previstas na proposta orçamentária votada no Congresso podem ser superadas pelos aumentos de preços, o que obrigará o governo a mandar projetos ao Congresso suplementando as verbas orçamentárias. É aí as dotações do orçamento podem ser alteradas.

O Secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Ribas Neto, ainda surpreso pela rapidez com que os parlamentares aprovaram, na sexta-feira, o relatório de Almir Gabriel, não quis endossar a avaliação dos técnicos de sua secretaria sobre a proposta do relator, que se transformou no orçamento para 1989. 'Vale o que o Congresso aprovou. Vamos tentar ajudar no que for possível a

redação final do orçamento', comentou, na sexta-feira.

Pontos problemáticos

— A avaliação das emendas aprovadas pelo relator da Comissão de Orçamento, feita na Seplan, aponta quase 150 pontos considerados problemáticos no relatório aprovado pelo Congresso. A crítica mais frequente é a distribuição da verba que seria usada — segundo o projeto original — para capitalizar a Siderbrás (cerca de Cr\$ 54 bilhões) em despesas da Embrater, Embrapa, Provárzeas, Funai, CNPq e outras repartições. O governo alega que essa verba é destinada a pagamento de dívida, e, pela nova Constituição, não poderia ser usada para outros fins. Os parlamentares argumentam que, no projeto de orçamento, o governo disse que esse dinheiro iria para "facilitar o funcionamento" da empresa.

Outras emendas acatadas pelo relator da Comissão de Orçamento mexem com recursos para pagamento de dívida, como é o caso da que desloca Cr\$ 5 bilhões dos encargos financeiros da União para a Ferrovia Transnordestina, e outra que retira Cr\$ 9 bilhões da mesma fonte para dar ao sistema penitenciário. A Seplan também critica a extinção de verbas para programas como o de gerenciamento do setor público federal e a "cobertura de sinistros referentes a riscos comerciais, políticos e extraordinários", que cobririam contratos externos do país com o Banco Mundial e a participação do Tesouro no consórcio de resseguros do crédito à exportação.